

Gestão da Formação Profissional e Realidade Sócio-Institucional: problemas e desafios

Eduardo Pinto e Silva

Resumo

A gestão democrática das práticas educativas é um problema teórico e prático discutido em diversos âmbitos institucionais (PARO, 2003; BORGES, GIUBILEI & OLIVEIRA, 2006). Neste artigo, abordamos o tema da gestão educacional a partir de um estudo de caso acerca da formação técnico-profissional de guardas municipais (SILVA, 2005). A gestão da formação profissional de guardas municipais, atravessada por problemas estruturais da instituição pública (SANTOS, 1987), do sistema macro-jurídico (PINHEIRO, 1997) e do processo de precarização social e do trabalho (ANTUNES, 1999; 2005), nos colocam diante de uma série de desafios a serem enfrentados. Nossa proposta de gestão democrática da formação profissional (SILVA, 2005; HELOANI & SILVA, 2006) opõe-se à gestão burocrática e alienante e exige a escuta do sujeito coletivo e a construção de uma prática reflexiva acerca das atividades profissionais e da realidade sócio-institucional. Consideramos que o desafio da construção de uma gestão democrática da formação profissional e da consciência crítica, coletiva, articulada ao agir inovador, fazem parte de um horizonte de possibilidades, ainda que este seja, inevitavelmente, mediado pelas dimensões do institucional, do organizacional e da cultura (SILVA JÚNIOR & FERRETTI, 2004).

Palavras-chave: formação profissional; gestão; trabalho; instituição pública.

Professional Education Management and Socio-Institutional Reality: problems and challenges

Abstract

The democratic management of educational practices is a theoretical and practical matter, which has been discussed in several institutional spheres (PARO, 2003; BORGES, GIUBILEI & OLIVEIRA, 2006). This paper deals with education management and is based on a case study about technical and professional education of agents of Municipal Guard (SILVA, 2005). This kind of education is affected by structural problems in the public institution (SANTOS, 1987) and in the macro judicial system (PINHEIRO, 1997), also being harmed by a process of social and work precariousness (ANTUNES, 1999; 2005). All these aspects represent challenges that have to be overcome. Thus, our propose of democratic professional education management (SILVA, 2005; HELOANI & SILVA, 2006) opposes the bureaucratic and alienating management. It demands listening to the collective subject and assuming a reflexive praxis about the professional activities and the socio-institutional reality. We consider that the challenge of creating a

democratic professional management and a critical collective conscience, articulated with innovative actions, is part of a horizon of possibilities, even when it is mediated by institutional, organizational and cultural dimensions (SILVA JÚNIOR & FERRETTI, 2004).

Keywords: professional education; management; work; public institution.

1 Introdução

A gestão das escolas e das práticas educativas vem sendo cada vez mais debatida em diversos âmbitos institucionais. Acadêmicos de distintas áreas, Diretores de escolas, Conselhos de Educação, diversas entidades e atores da sociedade civil (políticos, sindicatos, administradores, autoridades jurídicas, poder legislativo e executivo) vão, progressivamente, acumulando reflexões e conhecimentos sobre os problemas e desafios envolvidos nas experiências e propostas de construção de formas de gestão democráticas.

Os problemas e desafios específicos da gestão democrática na escola pública analisados por alguns estudos (PARO, 2003; BORGES, GIUBILEI & OLIVEIRA, 2006) ilustram as considerações acima e apontam importantes caminhos para nossas reflexões sobre as (im)possibilidades da gestão democrática da formação profissional. De acordo com Silva Júnior e Ferretti (2004), abordamos o tema gestão da formação profissional, considerando que as práticas educativas concretas materializam-se através das mediações das dimensões institucional, organizacional e cultural, no interior das contradições (limites e possibilidades) do processo histórico.

No presente artigo, debatemos a questão da gestão da Educação a partir de uma análise crítica de um estudo de caso acerca da formação técnico-profissional de guardas municipais (SILVA, 2005). Compreendemos que as relações entre gestão escolar e formação profissional vem sendo bastante discutidas quando tomamos por objeto a formação de professores, ou ainda, por contexto, as instituições de ensino. Porém, notamos insuficiência de estudos acerca da formação de categorias profissionais cuja formação desenvolve-se em outras áreas e contextos, tal como a de guardas municipais, que se desenvolve na própria instituição de trabalho.

Ademais, compreendemos que a discussão da questão da gestão escolar deva resgatar visões críticas sobre a realidade social e os aspectos históricos e atuais das instituições públicas e das políticas sociais que nelas se concretizam. Sendo assim, apresentamos algumas considerações históricas acerca da Segurança Pública no Brasil e, na seqüência, uma reflexão acerca dos proble-

mas e desafios que se fazem presentes na gestão da formação técnico-profissional das Guardas Municipais na atualidade. Segundo nosso ponto de vista, faz-se necessário evitarmos a tendência relativamente recente dos estudos da área de *Educação e Trabalho* (segunda metade dos anos noventa) que, segundo argumento de Oliveira (2003), focalizam o tema da formação profissional sem relacioná-lo, suficientemente, aos aspectos históricos e culturais da realidade sócio-institucional.

2 Gestão da Formação Profissional e Realidade Sócio-institucional: as instituições públicas e o sistema jurídico-policial no Brasil

A reestruturação do regime de acumulação capitalista nos coloca frente à reestruturação produtiva e à reestruturação do Estado (HARVEY, 1992).

A reestruturação produtiva implica em precarização social e do trabalho (ANTUNES, 1999; 2005) e ao que denominamos “*desgaste da realidade sócio-institucional*” (SILVA, 2005; HELOANI & SILVA, 2006). As ditas novas formas de gestão e organização do trabalho apropriam-se de termos como participação e democracia e concretizam, contraditoriamente, práticas predominantemente manipulativas que, sob a batuta do termo “gestão”, são apresentadas como “revolucionárias” em relação à administração burocrática (HELOANI, 2003; LIMA, 2003; MOTTA, 1986; SILVA JÚNIOR & FERRETTI, 2004).

A reestruturação do Estado implica em mercantilização do *ethos* público, privatização e desregulamentação. No campo das mudanças nas áreas da Educação e da Segurança Pública, a prática burocrática, ineficiente e alienante, persiste e camufla-se nos discursos dos pragmáticos pós-modernos, adeptos das ideologias de gestão e dos *slogans* aparentemente inovadores que, sob a capa da gerência eficaz, reatualizam a razão instrumental (HARVEY, 1992; SILVA JÚNIOR & FERRETTI, 2004; LIMA, 2003; HELOANI, 2003).

A reestruturação da Segurança Pública, a criação das Guardas Municipais e a gestão da formação técnico-profissional dos guardas municipais se dão neste contexto de privatização e mercantilização das instituições públicas. Distintas temporalidades históricas (patrimonialista, burocrática e mercantil) concorrem em tal processo (SILVA JÚNIOR & FERRETTI, 2004), de modo que se faz necessário caracterizarmos, historicamente, alguns aspectos das instituições públicas e das políticas sociais no Brasil, com destaque para as instituições jurídico-policiais.

2.1 (In)segurança Pública no Brasil: considerações históricas e teóricas

Os estudos sociológicos sobre a Segurança Pública no Brasil geralmente abordam a questão da violência e da falência do modelo policial (modelo este fortemente estruturado no regime militar brasileiro). Tais estudos mesclam-se às produções do jornalismo investigativo (BARCELLOS, 1994; GASPARI, 2002) e compartilham com estas vários temas-chave, tais como: violência, crime, justiça, direitos humanos, delinquência, autoritarismo e repressão.

Pinheiro (1983; 1984; 1997) é um dos autores nacionais de maior destaque no campo sociológico da análise do sistema policial. Uma das produções de Pinheiro (1984), intitulada *Escritos Indignados*, caracteriza-se como um retrato fiel da produção sociológica mesclada ao jornalismo investigativo. Ela inclui artigos jornalísticos sobre a Segurança Pública (redigidos entre 1979 e 1983) e artigos de perfil mais acadêmico, dentre os quais destaca-se um que também foi publicado em 1983 na revista do Cebrap (*“Violência sem controle e militarização da polícia”*). A *“intocável Rota”*, a *“ilha da fantasia policial”*, o uso da tortura durante e após o militarismo e as manobras “legais” ou *“abafas oficiais”* em torno da violência policial (*“Mais um suicídio em uma delegacia”*; *“Ditaduras abominam autópsias”*), são temas exaustivamente abordados (PINHEIRO, 1984, p.45-48 p.78-80; p.90-94 p.210-212).

Dois anos após a publicação de *Escritos Indignados*, Hélio Bicudo (1986), promotor que combateu o Esquadrão da Morte durante o regime militar, publicou suas denúncias sobre o mesmo. A obra-denúncia de Bicudo (1986) apresenta um extenso apêndice (com um total de 36 itens e 162 páginas), no qual há relatos de testemunhas das torturas, mortes e repressão durante o regime militar, assim como documentos relativos às manobras dos poderes Executivo e Judiciário no sentido de dificultar seus procedimentos de investigação. Assim, Bicudo (1986) explicita o papel do Estado autoritário brasileiro na constituição de um modelo policial truculento, ilegal, conivente com o narcotráfico e, ao mesmo tempo, perseguidor dos atores sociais que combatiam a impunidade policial em prol da democratização social.

As referências bibliográficas sobre a Polícia no período militar no Brasil foi recentemente enriquecida por uma extensa recapitulação histórica do jornalista Elio Gaspari (2002). Tratam-se de cinco volumes que abarcam o período de março de 1974 a março de 1979 (da deposição de João Goulart à entrega da faixa presidencial pelo ex-presidente, general Ernesto Geisel). Os dois primeiros volumes publicados possuem o mesmo título – *“Ilusões Armadas”* – com diferentes

subtítulos: um deles “*a ditadura envergonhada*” e o outro “*a ditadura escancarada*”. Gaspari (2000, v.2, p.13) aponta que a tortura, a coerção e o extermínio foram os principais instrumentos da política repressiva então adotada nos chamados “*anos de chumbo*” (da edição do AI-5 em 1969 ao extermínio da guerrilha do Partido Comunista do Brasil nas matas do Araguaia em 1974).

Paixão (1982, p.83) também aborda a prática policial e aponta para o seu exercício “*fora dos formalismos*”, isto é, das práticas legalmente estabelecidas. Paixão aponta para uma estrutura organizacional formal e burocratizada que convive com uma prática que dela se desprende e que atua efetivamente sem obediências aos ditames legais *teoricamente* (grifos nossos) preconizados pela primeira. Nesse sentido, define a organização policial como um “*sistema debilmente integrado*”, onde a estrutura formal liga-se frouxamente à atividade prática, de modo que “*regras são freqüentemente violadas*” (PAIXÃO, 1982).

Os referidos autores (BICUDO, 1986; PINHEIRO, 1983; 1984, 1997; BARCELLOS, 1994; GASPARI, 2002; PAIXÃO, 1982) explicitam o processo de constituição da (in)segurança pública durante o regime militar brasileiro. Ainda conforme argumento de Pinheiro (1997), há um fracasso das democracias latino-americanas no controle legítimo da violência, uma vez que “*inúmeros legados do passado autoritário*” tornam obscura a diferenciação entre “*regimes autoritários*” e “*governos civis*” no tocante ao “*sistema de dominação*” neles presentes (PINHEIRO, 1997, p.47). Tal condição decorre do fato de que as novas democracias latino-americanas passaram somente pela primeira fase de transição para a democracia (saída do regime autoritário para o eleito), mas não pela segunda (institucionalização das práticas democráticas e da cidadania) (PINHEIRO, 1997, p.47). Em outras palavras, o processo de constituição de um aparato de (in)segurança pública deixou rastros e resquícios, senão continuidades, em pleno regime “*democrático*”, sendo estes um difícil e importante desafio às reformas das instituições policiais (MINGARDI, 1991) e/ou às suas novas configurações, assim como aos seus atuais processos de formação técnico-profissional, tal como os relativos às Guardas Municipais no Brasil.

Diante do acima exposto, vale a pena indagar, tendo em vista a dialética dos processos de objetivação e apropriação das dimensões institucionais, organizacionais e culturais na prática educativa (SILVA JÚNIOR & FERRETTI, 2004), particularmente da relativa à formação técnico-profissional aqui em questão: até que ponto se faz viável inaugurar e introduzir um novo sistema policial, a despeito dos aspectos ideológicos, culturais, políticos, sociais e organizacionais

que atravessam a história da Segurança Pública brasileira ? Até que ponto irão perdurar e se cristalizar os elementos sociais que já dificultaram as mencionadas tentativas de inovação do sistema policial e dos próprios policiais no atual regime democrático ?

2.2 A Estrutura de Escassez da Instituição Pública e os Problemas Estruturais do Sistema Macro-jurídico: o desgaste da realidade sócio-institucional brasileira

A Guarda Municipal por nós analisada (SILVA, 2005) inseria-se numa instituição pública municipal do Poder Executivo (Prefeitura Municipal) e subordinava-se a uma de suas Secretarias (Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública). Compreendemos que o caráter de órgão público e municipal voltado à Segurança diz respeito a um aspecto estrutural da Guarda Municipal.

Uma das características estruturais da instituição pública em nosso país (portanto, não nos referimos somente ao município por nós abordado) e das políticas sociais nelas presentes (dentre as quais a de Segurança Pública), é a de se constituírem no interior de conflitos entre a *“elite política”* e a *“burocracia pública”* e de serem administradas dentro de um *“quadro geral de carências”* ou *“estrutura de escassez”* (Santos, 1987, p.49-69). Em poucas palavras, as práticas de formação técnico-profissional das Guardas Municipais concretizam-se no contexto do desgaste da instituição pública e das políticas sociais, quer seja em função da burocracia, quer seja em função das crises econômicas e políticas, quer seja em função da crise ética (práticas de corrupção).

Como havíamos argumentado, muitos dos problemas das organizações policiais (corrupção, impunidade, ineficácia técnica e social) podem ser relacionados ao legado de um Poder Executivo militar e repressivo, ou melhor, ao legado de uma ditadura que pode ser adjetivada como escancarada, envergonhada e encurralada, conforme o período ou fase do regime militar que consideremos (GASPARI, 2002). Tal aspecto nos levou a formular a tese do desgaste do sistema policial por nós referida (ou, mais especificamente, do macrosistema jurídico-policial), incluindo como parte do mesmo não somente os órgãos policiais de modo geral que compõem o Poder Executivo (Polícia Civil, Polícia Estadual Militar, Polícia Rodoviária, Polícia Federal), mas também o Poder Judiciário e até mesmo o neovigilantismo privado, presente em diversos países (OCQUETEAU, 1997).

O desgastado macrosistema jurídico-policial produz formas de pensar e agir que estruturam uma cultura organizacional que perpassa as organizações policiais de modo geral, produzindo discursos conservadores e pouco críticos ou, no mínimo, pouco matizados, tal como o que compreende os direitos humanos como “direitos de bandidos”. Ademais, a cultura organizacional tende a incorporar jargões (ex: o agente delituoso representado como “elemento”) prenhos de ideologia militaresca ou punitivo-repressora. No plano concreto, as ideologias da cultura organizacional ensejam práticas autoritárias ou ilegais, tal como a adoção do “jeitinho brasileiro” (ex: ocorrências que, segundo o jargão policial, são “arredondadas”) (MOTTA & CALDAS, 1997; SILVA, 2005).

Outro aspecto relacionado ao que denominamos problemas estruturais da organização policial diz respeito aos aspectos genéricos das condições sócio-econômicas na atualidade e da qual aquela inevitavelmente não se dissocia. De modo geral, é possível afirmar que vivenciamos uma crise do capitalismo e das condições sócio-econômicas mundiais (HARVEY, 1992). Nosso país, por sua vez, vive décadas de estagnação econômica, incertezas e instabilidades sociais, sem apresentar ou viabilizar, infelizmente, um modelo alternativo ao modelo neoconservador (ANTUNES, 1999; 2005). A população brasileira, imersa na precarização social e do trabalho, apresenta uma progressiva pauperização, perda substantiva de seu poder aquisitivo e trabalhadores qualificados e não qualificados em situações de preocupante desemprego (ANTUNES, 1994; 2005).

Assim, segundo nossa compreensão, os aspectos estruturais acima mencionados podem ser relacionados às (des)funcionalidades da administração pública, aos problemas, conflitos e dificuldades da gestão e organização do trabalho e à cultura organizacional da Guarda Municipal e das instituições policiais de modo geral. Em outras palavras, não compreendemos ser possível dissociar as particularidades de qualquer organização em análise do quadro sócio-cultural e macroinstitucional mais amplo no qual ela se insere (MOTTA, 1986; 1997).

Portanto, tendo em vista os resquícios do autoritarismo, da rigidez, da cultura organizacional hierárquica, disciplinadora e machista, mas também benevolente e distribuidora de privilégios, “jeitinhos” e favores aos apoiadores e protagonistas do poder, assim como as arraigadas práticas de corrupção, compreendemos que existem sérios obstáculos à transformação das instituições policiais (PINHEIRO, 1997; MINGARDI, 1991; MOTTA & CALDAS, 1997). Dito de outra forma, considerando-se o desgaste da realidade sócio-institucional, problemas estruturais da Segurança Pública (ineficiência e crise ética do aparato jurídico-

policial) e a estrutura de escassez das instituições públicas (SANTOS, 1987), evidenciamos que os problemas de concretização de formas democráticas de gestão da formação profissional de guardas municipais envolvem desafios bastante complexos.

3 Por uma Proposta de Gestão Democrática e Participativa da Formação Técnico-profissional de Guardas Municipais a partir da Análise Crítica de um Estudo de Caso

No caso de estudo por nós analisado (SILVA, 2005; HELOANI & SILVA, 2006), a gestão da formação profissional, inserida no contexto sócio-institucional acima descrito, foi protagonizada pela Academia Preparatória de Guardas Municipais, subordinada à referida Secretaria Municipal de Segurança Pública. A estrutura curricular era uma mescla das propostas curriculares de várias instituições da Segurança Pública (Polícia Civil; Polícia Militar; Exército, Guardas Municipais). Porém, embora julguemos importante apontar alguns encaminhamentos a tal respeito, compreendemos, por outro lado, que a ênfase na questão curricular não é por nós compreendida como o aspecto mais importante ou primordial. De acordo com Silva Júnior e Ferretti (2004), consideramos que tal focalização dificulta a percepção de que os principais desafios a serem enfrentados na concretização de uma gestão democrática situam-se muito mais nas contradições dos processos dialéticos de apropriações e objetivações, mediados pelo institucional, organizacional e cultural, do que na formalização de um currículo ideal.

Um dos aspectos a se considerar a respeito da mediação do institucional, organizacional e cultural, presente tanto na gestão da formação profissional como na gestão e organização do trabalho, diz respeito à ambigüidade em relação aos direitos e deveres das Guardas Municipais, tal como, por exemplo, em relação ao uso da arma e ao poder de polícia (SILVA, 2005). As distintas apropriações e objetivações do legalmente estabelecido implicam em práticas que tornam obscuras as fronteiras entre as ações comunitário-preventiva e repressiva. Tal fato reflete-se sobre uma formação profissional tecnicista, academicista e disciplinadora.

A formação pode ser adjetivada como tecnicista na medida em que nela se faz presente uma herança do sistema autoritário, ou seja, a idéia de que a violência, intrinsecamente relacionada aos problemas sociais ou desgaste da realidade sócio-institucional, possa ser combatida com armamentos, viaturas e/

ou treinamentos de boa qualidade.

O caráter academicista diz respeito ao fato dos conteúdos das disciplinas da formação profissional serem abordados de forma desconectada da realidade social na qual se concretizam a prática profissional, ou ainda, da realidade na qual se fazem presentes os dilemas, dúvidas e sofrimento psíquico dos trabalhadores.

O caráter disciplinador, por sua vez, relaciona-se à cultura organizacional das instituições policiais. Nestas as práticas educativas são compreendidas, tacitamente, como disciplinadoras. Ademais, conforme verificamos em nossa pesquisa (SILVA, 2005), as práticas de formação continuada desconsideram o saber dos trabalhadores, derivados de sua experiência na atividade trabalho.

Sendo assim, os processos de mediação cultural e institucional implicam, portanto, em uma gestão organizacional piramidal do trabalho e da formação profissional. Mas a ela, os trabalhadores, embora estressados diante da desgastada realidade sócio-institucional, apresentam respostas.

3.1 Sujeito Coletivo e Gestão da Formação Profissional: a desconstrução do sistema burocrático alienante e a construção do espaço da palavra

Nossa proposta de gestão democrática da formação profissional opõe-se à gestão burocrática e alienante. Ela exige a escuta do sujeito coletivo e de suas críticas à gestão e organização do trabalho, assim como ao conjunto das instituições do desgastado aparato jurídico-policial. Ela convida o trabalhador a socializar, discutir e problematizar, impasses e dúvidas vivenciados no trabalho, articulando reflexivamente a teoria (Direito; Ética Profissional) à prática social concreta (trabalho) e às delimitações (ambíguas) da ação profissional pelo ordenamento jurídico-institucional. Destacamos a ambivalência acerca do uso da arma e do poder de polícia visto que, no caso aqui em discussão, tal questão suscitava muitas polêmicas institucionais, assim como complexas e problemáticas situações psicossociais, conflitos de identidade e sofrimento psíquico no trabalho (SILVA & HELOANI, 2006; SILVA, 2005).

Em nossa análise, o *stress*, produto da relação indivíduo-instituição, foi compreendido como um processo dialético de desgaste sócio-institucional e biopsíquico, assim como elemento potencialmente transformador da gestão do trabalho e dos problemas da formação profissional (SILVA, 2005, HELOANI & SILVA, 2006).

Ao escutarmos as queixas dos guardas municipais, valorizamos o dis-

curso do sujeito estressado no trabalho como indicador de transformações na gestão da formação profissional, ou ainda, dos aspectos patogênicos da gestão e organização do trabalho (SILVA, 2005). Nossa proposta de gestão da formação profissional não vem apenas de um posicionamento teórico, mas de um diálogo e discussão de temas e problemas da atividade trabalho que emergiram com muita força quando fomos discutir, em grupos focais, dados preliminarmente coletados em questionários e entrevistas individuais (SILVA, 2005).

O *stress* dos trabalhadores, segundo nossa compreensão (SILVA, 2005; HELOANI & SILVA, 2006) pode e deve ser compreendido em suas possibilidades institucionais transformatórias. Em nossa pesquisa pudemos verificar, a partir da escuta do *stress*, que muitas das considerações não raramente irritadas e até hostis dos guardas municipais em relação à realidade social e organizacional embutiam uma série de proposições potencialmente transformadoras, quer seja em relação à gestão e organização do trabalho, quer seja em relação às especificidades da formação técnico-profissional. Foi possível perceber que os guardas municipais tinham consciência das necessidades ou lacunas de sua formação profissional. As sugestões coletadas apontaram que os mesmos não somente reivindicavam um aprimoramento do conhecimento técnico e prático, mas também ampliação de sua participação nas decisões da gestão, assim como ampliação de subsídios para uma melhor assimilação dos aspectos atitudinais éticos e legais relacionados à ação profissional (SILVA, 2005, p.248-269).

Segundo nosso ponto de vista, quando substituímos a idéia do controle do *stress* pela noção de escuta do mesmo, faz-se possível perceber que o desgaste envolve uma potencialidade crítica não sucumbida ou desvitalizada. Ou seja, faz-se possível perceber que a atitude estressada luta para não imobilizar o indivíduo e o coletivo dos trabalhadores na lógica do instituído e que, nesse sentido, não está fadada a uma resistência passiva. Assim, pudemos compreender o *stress* como uma defesa ativa não somente da dimensão bio-psíquica, mas sobretudo como uma defesa política, capaz de criar condições mais democráticas de relações de trabalho e, assim, indicar, desencadear ou até mesmo efetivar mudanças dos aspectos sócio-organizacionais patogênicos e alienantes, tal como o da formação técnico-profissional.

A referida pesquisa e as considerações teóricas e históricas acima expostas acerca das instituições públicas e da Segurança Pública nos revelaram que se fazem necessárias alterações do desgaste sócio-organizacional. Algumas intervenções são de natureza macro e intersetorial, tal como a necessidade

de uma melhor definição legal do papel e limites de atuação das Guardas Municipais na Segurança Pública no interior de uma reconstituição do modelo ou sistema policial como um todo. Tal tarefa demanda ações conjugadas entre sociedade civil, autoridades, empresariado, comunidade e demais atores sociais envolvidos no enfrentamento da violência concreta (“delinquência”) e da violência institucional (gestão organizacional burocrática e patogênica). Em outras palavras, tratam-se de medidas que demandam diálogo e vontade política para se estabelecer articulações, negociações e consensos entre distintas instâncias sociais e institucionais (SILVA, 2005, p.295-296).

Em relação aos aspectos organizacionais mais diretamente relacionados ao tema deste artigo, julgamos necessário apontar para alguns encaminhamentos para a formação técnico-profissional nas Guardas Municipais.

Os encaminhamentos que sugerimos englobam tanto aspectos técnicos (grade curricular e conhecimentos técnicos, teóricos e práticos) quanto diretrizes para uma gestão organizacional compromissada com a saúde e ética no trabalho.

Compreendemos que o currículo do Estágio de Formação e dos Cursos de Reciclagem merecem ser continuamente repensados e reformulados em prol da superação das contradições e do desgaste sócio-organizacional. Os encaminhamentos por nós sugeridos basearam-se nas propostas dos guardas municipais, na pesquisa dos currículos de várias Guardas Municipais do país, no currículo então vigente na Guarda Municipal pesquisada, na entrevista com um ex-coordenador da Academia Preparatória de Guardas Municipais, assim como nas nossas referências teóricas sobre análise das instituições e modelos de gestão (HELOANI, 2003; DEJOURS, 1992; SILVA JÚNIOR & FERRETTI, 2004).

Em relação ao currículo, compreendemos que a diretriz geral do mesmo deva ser estabelecida a partir de dois aspectos básicos: que ele seja específico para a função de guarda municipal, de forma a assumir uma identidade distinta da do currículo da Polícia Militar e da Polícia Civil (ainda que com alguns pontos em comum); que ele priorize conhecimentos teórico-práticos voltados à ação local de caráter comunitário e preventivo, sempre levando em conta as especificidades e vocação de cada município em questão.

Consideramos que deva haver uma prioridade para cursos na área do Direito, mas sempre relacionando-os à questão da ética e dos limites da atuação legal, de modo a superar um enfoque meramente informativo ou teórico. De modo geral, os cursos devem atentar para os aspectos práticos relacionados aos co-

nhcimentos teóricos.

As disciplinas *Ética Profissional* e *Aspectos Legais da Atuação do Guarda Municipal* devem ser compreendidas como prioritárias. Segundo nossa análise, devem ser cotidianamente ministradas à luz dos demais conhecimentos das disciplinas da área de Direito. Tais disciplinas devem abordar temas como violência urbana e violência policial, abuso de poder, tortura e corrupção. O foco ou eixo central das mesmas deve ser o de relacionar aspectos éticos e atitudinais da ação profissional à polêmica questão dos limites legais de atuação do guarda municipal no patrulhamento ostensivo de caráter repressivo. Tais disciplinas também devem abarcar questões como processos judiciais cabíveis frente às transgressões éticas e legais, assim como as formas legalmente legitimadas de procedimento a serem adotadas nas ruas, nas escolas e nos distritos policiais. Ambos os cursos também devem instrumentalizar o guarda para formas de atuação preventiva e para formas de atuação que promovam e asseguram os direitos sociais coletivos.

Como apontamos acima, consideramos fundamental que os aspectos teóricos de tais disciplinas devem ser sempre abordados à luz das experiências práticas dos guardas municipais já em exercício do cargo, de modo a propiciar discussões e reflexões que Portanto, indicamos sugestões que possibilitem superar a dicotomia entre teoria e prática e que propiciem a concretização da autonomia, da ética e da saúde nas mais diversas atividades e relações de trabalho.

Consideramos que uma formação profissional desburocratizada e dasalienante pressupõe a construção do “*espaço da palavra*” e da “*negociação*” no cotidiano organizacional (DEJOURS, 1992; HELOANI & LANCMANN, 2004). Somente através destes é que as capacidades críticas, expressas por vezes de formas distorcidas, poderiam ser transformadas no sentido de uma ação comunicativa de caráter dialógico.

Defendemos a construção do sujeito coletivo, crítico e participativo na formulação da gestão da formação profissional, ou ainda, uma *práxis* pedagógica de caráter político, na qual o educacional se configuraria como elemento indissociável da saúde, ética e cidadania, ou ainda, como agente de transformação das relações de poder e dos aspectos patogênicos da realidade sócio-institucional.

Ressaltamos que o método da *Psicodinâmica do Trabalho*, ao apontar para a necessidade de uma gestão e organização do trabalho aberta à escuta do trabalhador, coaduna-se às proposições críticas da área de Educação acima refe-

ridas (SILVA JÚNIOR & FERRETTI, 2004; OLIVEIRA, 2003). Ao propor transformações organizacionais a partir da construção do “*espaço da palavra*” no cotidiano institucional (DEJOURS, 1993, p.304; HELOANI & LANCMAN, 2004), tal abordagem visa a construção de um processo coletivo de análise do trabalho, do cotidiano institucional e das práticas de formação profissional que caracteriza-se como interativo, dialógico, incluindo interpretações e análises de trabalhadores e educadores.

4 Considerações Finais

A vida institucional é aberta às práticas sociais que vão além do instituído na cotidianidade. A possibilidade histórica de gestão democrática na formação profissional exige a criação de *foros* de discussão sobre o trabalho prescrito e o real (DEJOURS, 1992; HELOANI & LANCMAN, 2004). A unidade teórico-prática de caráter reflexivo, crítico e coletivo é capaz de promover a suspensão da vida cotidiana, a formação da consciência e a concretização do sujeito ontológico e da prática social transformadora. A força do sujeito coletivo (instituinte) não se apaga mesmo em horizontes de possibilidades mais restritas. De qualquer forma, ela insere-se no contexto institucional, no jogo de forças contraditórias, histórico, entre o instituído e o instituinte, ou ainda, na prática social sempre mediada pelos processos de apropriações e objetivações envolvendo o institucional, o organizacional e o cultural (SILVA JÚNIOR & FERRETTI, 2004).

Referências

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2005. 220p.
- _____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999. 258p.
- BARCELLOS, C. **Rota 66:** a história da polícia que mata. 26.ed. Rio de Janeiro: Globo, 1994, 274p.
- BORGES, Z. P.; GIUBILEI, S; OLIVEIRA, C. de (org.). **Conselhos Municipais de Educação.** Campinas, SP: Alínea, 2006.
- DEJOURS, C. Inteligência operária e organização do trabalho. In: HIRATA, H. (org.). **Sobre o modelo japonês.** São Paulo: Edusp, 1993. p.281-309.
- GASPARI, E. (2002). **As ilusões armadas:** a ditadura escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, v.2, 507p.

- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 349p.
- HELOANI, J. R. **Gestão e organização no capitalismo globalizado**. São Paulo: Atlas, 2003. 240p.
- HELOANI, J. R.; LANCMAN. Psicodinâmica do Trabalho. **Revista Produção**, São Paulo, v.14, n.3, p.77-86, set./dez, 2004.
- HELOANI, J. R.; SILVA, E. P. e. O desgaste sócio-institucional, identidade e *stress* no trabalho de guardas municipais. In: GUTIERREZ, G. L.; GONÇALVES, A., CARVALHO, T. H. P. F. de; VILARTA, R. (org.). **Qualidade de vida e fadiga institucional**. Campinas, SP: IPES, 2006. p.271-289.
- LIMA, L. C. **A escola como organização educativa**. São Paulo: Cortez, 2003. 189p.
- MINGARDI, G. **Tiras, gansos e trutas**. São Paulo: Página Aberta, 1991.
- MOTTA, F. C. P. **Organização e poder**. São Paulo: Atlas, 1986. 143p.
- MOTTA, F. C. P.; CALDAS, M. (org.). **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997. 325p.
- OLIVEIRA, D. A. As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. In: OLIVEIRA, D. A. (org.). **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003. p.13-37.
- OCQUETEAU, F (1997). A expansão da segurança privada na França: privatização submissa da ação policial ou melhor gestão da segurança coletiva ?. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v.9, n.1. p.185-195, maio, 1997.
- PAIXÃO, Antonio Luis. A organização policial numa área metropolitana. Dados, Rio de Janeiro, Revista de Ciências Sociais, 25(1), p.63-89, 1982.**
- PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 3.ed. São Paulo: Ática, 2003. 119p.
- PINHEIRO, P. S. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. **Tempo Social**, São Paulo, Revista de Sociologia (USP), v.9, n.1. p.43-52, maio. 1997
- _____. **Escritos indignados: polícia, prisões e política no Estado autoritário**. São Paulo: Brasiliense, 1984, 269p.
- _____. (org.). **Crime, Violência e Poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983. 277p.
- SANTOS, W. G. dos. **Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- SILVA, E. P. e. **O stress no trabalho de guardas municipais: a dialética entre o desgaste sócio-institucional e o bio-psíquico**. 2005. 323f. Tese de Doutorado - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SILVA JÚNIOR, J. dos R; FERRETTI, C. J. **O institucional, a organização e a cultura da escola**. SP: Xamã, 2004. 150p.

Enviado em jun./2007
Aprovado em set./2007

Eduardo Pinto e Silva
Prof. Dr. da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
Rua Abílio Vilela Junqueira, 540.
CEP: 13085-420 - Campinas/SP
E-mail: dups@ig.com.br
